

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1000956-57.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - DIREITO PREVIDENCIÁRIO**  
 Requerente: **Wesley Gleysson Cristiano Palombo Antoneão**  
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

**WESLEY GLEYSSON CRISTIANO PALOMBO ANTONEÃO** pediu a condenação do **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL** a concessão de auxílio-acidente, haja vista a incapacidade funcional decorrente do acidente de trabalho que sofreu no dia 16 de setembro de 2016.

O réu foi citado e contestou o pedido, aduzindo a inexistência de incapacidade laborativa residual apta a justificar a concessão do benefício acidentário.

Manifestou-se o autor.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, vindo aos autos o respectivo laudo, sobre o qual somente o autor se manifestou.

A perita judicial respondeu os quesitos suplementares apresentados pelo autor, sobrevindo manifestação das partes.

Apesar da designação da audiência de instrução e julgamento, o autor desistiu da oitiva da testemunha arrolada.

Encerrada a instrução, o autor reiterou os termos da inicial.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Subsiste controvérsia quanto à incapacidade laborativa do autor.

O laudo pericial conclui que: *"o nexa causal é procedente quanto ao acidente de trabalho ocorrido em 16/09/16 (CAT fls. 14), bem como há que ressaltar que a sequela funcional presente no membro superior direito dominante) relativa à fratura da falange distal do 4º dedo (tratada cirurgicamente) é leve e não inviabiliza o autor ao*

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

*exercício da função exercida à época do trauma (motorista) e/ou demais afins que contemplam seu histórico profissional de forma remunerada a terceiros como meio à sua subsistência. Outrossim, ressalte-se que o caso em tela não se enquadra em dispêndio de maior e permanente esforço" (fl. 160).*

Ademais, em resposta aos questionamentos trazidos pelo autor, a perita judicial ressaltou que *"o quadro supracitado relativo ao Transtorno Depressivo não é decorrente do acidente de trabalho ocorrido em 16/09/96 quanto à fratura exposta do 4º dedo à direita, bem como também não é resultante do trauma em questão, portanto, reitera-se a conclusão do laudo médico de fls. 152/161 quanto à presença de sequela funcional no membro superior direito leve e não incapacitante ao exercício da função de motorista" (fl. 207).*

Nada nos autor infirma tal conclusão.

Assim, diante da inexistência da incapacidade laborativa, não é caso de concessão do benefício acidentário pleiteado pelo autor. Nem se diga ser o caso de concessão do auxílio-acidente em razão da constatação de lesão de natureza leve, pois tal benefício somente é devido quando a sequela acarreta redução da capacidade do segurado **para o trabalho que habitualmente exercia**, o que não ocorre no presente feito.

Diante do exposto, **rejeito o pedido.**

Sem custas.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 02 de maio de 2018.

**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**